A Reforma Passos: retórica da sedução no Rio de Janeiro no alvorecer do século XX

André Nunes Azevedo[*]

Resumo: A reforma urbana levada a cabo pelo prefeito Pereira Passos visou operar uma integração conservadora das camadas populares ao centro urbano do Rio de Janeiro. Para tanto, o alcaide do Distrito Federal buscou tornar o Centro da cidade um lugar exemplar dos valores que entendia como sendo próprios de uma "cidade civilizada". Assim o fez porque pensou o centro reformado da urbe carioca como lugar privilegiado da didática da civilização no espaço urbano dessa metrópole. Para alcançar tal efeito, Pereira Passos buscou criar um ambiente urbano que, através da arquitetura e de uma nova articulação urbanística, seduzisse o cidadão carioca, constantemente presente em seu centro urbano, a tomar parte nos padrões daquilo que percebia como sendo "uma cidade civilizada".

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Pereira Passos; Reforma urbana; Civilização; Sedução.

[*] Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995), com mestrado em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998) e doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Atualmente, é professor adjunto de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História da mesma universidade.
E-mail: azevedoemigrante@gmail.com

DOI 10.5216/o.v17i2. 43697

La Reforma Passos: retórica de la seducción en Rio de Janeiro a inicios del siglo XX

Resumen: La reforma urbana desarrollada por el alcalde Pereira Passos tuvo el objetivo de operar una integración conservadora de las clases trabajadoras en el centro urbano de Río de Janeiro. Para eso, el alcalde del Distrito Federal intentó hacer del centro de la ciudad un lugar ejemplar, de valores, entendidos como típicos de una "ciudad civilizada". Lo hizo así porque idealizaba el centro reformado de la cuidad de Río de Janeiro, como un lugar privilegiado de la didáctica de la civilización en el espacio urbano de esta metrópoli. Para conseguir este efecto, Pereira Passos intentó crear un entorno urbano que, a través de la arquitectura y una nueva articulación urbana, sedujese al ciudadano de Río de Janeiro, constantemente presente en su centro urbano, a participar en los patrones de lo que él percibe como "una ciudad civilizada".

Palabras clave: Río de Janeiro; Pereira Passos; La reforma urbana; civilización; seducción.

The Passos Reform: seduction rhetoric in Rio de Janeiro of early twenty century

Abstract: The urban reform carried out by the mayor Pereira Passos aimed to operate a conservative integration of the working classes to the urban center of Rio de Janeiro. Therefore, the mayor of the Federal District sought to make the city center a privileged place of values which he understood as being typical of a "civilized city". He did it so because he idealized the renovated center of Rio de Janeiro as the metropolis privileged place for teaching the ways of the civilization. To achieve this effect, Pereira Passos sought to create an urban environment that, through architecture and a new urbanistic articulation, to seduce the Rio de Janeiro´s citizen, which would be constantly present in its urban center, to take part in the patterns of what he realized as "a civilized cit".

Keywords: Rio de Janeiro; Pereira Passos; Urban reform; Civilization; Seduction.

A cidade do Rio de Janeiro no alvorecer do século XX registrava uma miríade de transformações. Nos cerca de cem anos que separaram o início do século XIX e a década inicial do século subsequente, a urbe carioca multiplicou a sua população em cerca de 18 vezes. Só no curto período entre 1890 e 1906, a população da capital federal disparou de 522.651 moradores para 811.443 residentes[1]. Esses contingentes populacionais dão nota de um acréscimo de aproximadamente 300.000 habitantes, um aumento de cerca de 55% de sua população em um período pouco maior que uma década e meia. Tais números exponenciais expressam uma série de transformações em curso na metrópole em fins da década de 1880. A abolição da escravidão, em 1888, estimulou uma expressiva corrente migratória de ex-escravos egressos da desmobilização da mão de obra cativa. Acorreram em grande monta em direção à então maior cidade do Brasil, e lócus maior de oportunidades de sustentação material de uma força de trabalho pouco qualificada (BENCHIMOL, 1992, p. 168). Em sequência, em 1889, instaura-se o novo regime, que em 1890 decreta a lei da grande naturalização de portugueses e estimula a imigração a sua capital. Esse conjunto de transformações fez com que a urbe registrasse, já no censo de 1890, cerca de 55% de sua população com origem exógena ao Rio de Janeiro, sendo 26% desse contingente composto de migrantes, originários das mais diversas regiões do Brasil, e aproximadamente 29% de estrangeiros, com grande destaque para a presença lusitana (CARVALHO, 1987).

A maior parte da população exógena à urbe carioca que se fixava na capital federal era composta por ex-escravos, trabalhadores das lavouras ou homens livres pobres e de baixa instrução, via de regra oriundos da área rural de seus países e regiões, um contingente populacional de historicidade rural, cativa ou aldeã, pouco acostumado à vivência urbana. Ao mesmo tempo, viviam, em sua maioria, em situação de pobreza, e em alta precariedade habitacional (CARVALHO, 1995), exercendo trabalhos de baixa remuneração e muitas vezes eventuais, sem ocupação fixa, em uma cidade com alto custo de vida (LOBO, 1978).

Essa massa crescente de miseráveis com pouca instrução e sem alojamento digno que vicejava na capital da jovem República constituía um desafio ao poder público e às elites da cidade, que não mais contavam com o instrumento secular de controle social do qual historicamente lançara mão a elite brasileira, a saber, a escravidão. Novas formas de controle deveriam ser articuladas. Fórmulas próprias da primeira década republicana se mostravam insuficientes para cumprir a tarefa de controle social em meio à ausência da escravidão. O controle pela repressão policial e pela política arrojada de internamentos em manicômios (SVCENKO, 2003, p. 86-87) mostrava-se pouco adequado à monta do novo desafio urbano do Rio de Janeiro, cidade pontilhada por um sem-número de revoltas e convulsões políticas na primeira década e meia do novo regime (SANTUCCI, 2008).

Nesse contexto, diante do desafio de controle de uma cidade politicamente turbulenta, repleta de miseráveis desalojados em crescimento exponencial, e diante do rápido esgotamento das formas de controle alinhavadas pelas elites políticas do novo regime republicano, novas formas de controle social de uma urbe com grande tradição revoltosa impunham-se. É nesse contexto que o presidente da República, Rodrigues Alves, nomeia como prefeito da capital federal o engenheiro Francisco Pereira Passos, dando-lhe a incumbência de reformar a principal cidade brasileira e concedendo-lhe a prerrogativa de governar nos seis primeiros meses de sua administração com o Conselho Municipal fechado.

Na tentativa de impor uma civilidade burguesa ao habitante da cidade, Pereira Passos vai, ao longo de sua gestão, emitindo uma série de proibições relativas a práticas urbanas comuns na cidade: proíbe a venda ambulante de loterias, a exposição de carnes de reses e vísceras à venda nas ruas, o trânsito de vacas leiteiras na cidade e a vadiagem de cães[2]. Em uma ação conjunta com tais impedimentos, Pereira Passos busca substituir antigas práticas urbanas por novos hábitos tidos como "civilizados". Dessa forma, o prefeito proíbe o entrudo, substituindo-o pela batalha de flores, e derruba os quiosques do Centro da cidade, estimulando com a sua reforma a abertura de lojas para o chá da tarde.

Assim, o progresso ambicionado por Pereira Passos através de sua ação reformadora seria um progresso conduzido pela valorização dos elementos pertinentes à ideia de civilização: a reverência a um passado (BRAUDEL, 1989, p. 51), a uma tradição[3]; a valorização da atividade estética e cultural; a valorização dos elementos que ligavam o Rio de Janeiro a referências europeias; a afirmação da autoridade do Estado, e a preocupação com o ordenamento de uma ética urbana derivada do respeito à lei.

Contudo, para Pereira Passos, a perspectiva de desenvolver uma civilização no Rio de Janeiro estava diretamente ligada a sua visão organicista de cidade. O prefeito entendia a urbe, toda ela, como um *corpus* e, nessa condição, suas diversas instâncias deveriam estar interconectadas. Dentro dessa perspectiva, seu coração, o principal órgão no corpo urbano, de emanação da civilização, seria a sua área central. Passos estava ciente de que ao centro urbano do Rio de Janeiro cabia o papel de espaço exemplar da civilização, pois nele estariam a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, o comércio, os teatros, os teatros líricos, a Escola de Música, a Escola de Belas Artes e todas as principais referências da cultura europeia na cidade.

O prefeito reforçou esse papel do Centro da cidade, construindo nele o Teatro Municipal, o aquário público e reformando a maioria dos jardins e praças dessa região, além de agir de maneira mais vigilante e rigorosa nessa área quanto à fiscalização do cumprimento das posturas municipais, sempre menos complacente do que nas áreas suburbanas.

Assim, reforçando o papel pedagógico da civilização do centro urbano, Pereira Passos buscou estabelecer artérias de ligação direta do Centro com todas as direções da cidade. Somente para ligar a região central da cidade aos bairros do subúrbio, são projetadas quatro grandes vias e construídas três[4].

O Teatro Municipal, um empreendimento de forte significação aristocrática, foi descrito pelo prefeito como obra de "elevado alcance moral" e "meio de alcance popular"[5], servindo tanto para o deleite estético da elite urbana da cidade como para a educação dos moradores dos subúrbios do Rio de Janeiro. Devemos frisar que não é sem sentido que Pereira Passos alude ao Teatro Municipal como "meio de alcance popular", pois, para o prefeito, o Teatro Municipal jogava um papel fundamental na estratégia de construção do Centro do Rio de Janeiro como espaço pedagógico da civilização. O aquário público foi construído nessa parte da urbe, bem como a maior parte dos parques e jardins, nos quais Pereira Passos instalou um coreto com bandas de música para tocar nos finais de semana, a fim de ser opção de lazer para os cidadãos[6].

A intenção de Pereira Passos era tornar o Centro da cidade um lugar para o convívio "civilizado", um espaço que convidaria os habitantes dos mais diversos locais do Rio de Janeiro a frequentá-lo, uma vez que, no seu entender, seria um lugar de aprendizado da ética urbana, de uma estética da civilização que deveria tomar toda a cidade. É como podemos perceber em seu comentário sobre a ocupação do espaço público na Promenade des Anglais, a principal avenida da cidade francesa de Nice. O engenheiro o fez em uma carta enviada a um amigo após o seu período como prefeito da cidade.

> Todos os dias, durante a estação invernal, das 10 h da manhã às 4 h da tarde, enquanto o sol se conserva acima do horizonte, fica o passeio dessa Avenida apinhado de homens, mulheres e crianças, que a percorrem em todas as direções ou sentam-se sobre os bancos. É o que não temos aí (PASSOS, 1913, p. 20).

Demonstrando-se um tanto desolado, Passos manifesta decepção pela pouca utilização das principais avenidas do Centro do Rio de Janeiro pela sua população. O seu interesse em que o carioca utilize as novas avenidas do Centro da cidade torna-se patente quando escreve em tom de lamentação sobre o pouco uso do espaço público do Centro do Rio de Janeiro: "É o que não temos aí".

A proposta de reformulação urbana do prefeito atribuía um papel fundamental ao redimensionamento estético do Centro através do impacto do embelezamento arquitetônico e de uma nova articulação urbanística da cidade. O engenheiro tencionou permear o cidadão carioca com o discurso da civilização traduzido em imagens urbanas e pela articulação de uma nova escala entre os transeuntes da urbe, suas ruas, avenidas e novos prédios. O alargamento de ruas, a abertura de avenidas, as criações monumentais como o Teatro Municipal, construído propositalmente em frente ao garboso prédio da Escola de Belas Artes, e as amplas praças públicas ajardinadas que disseminara pela cidade dão nota de um projeto que buscou usar a arquitetura para lançar mão de uma nova escala urbana que proporcionaria uma sensação de grandeza do ideal de civilização diante da pequenez do habitante da cidade reformada. Este se veria reduzido perante o novo espaço redimensionado pelo alcaide e pelo diálogo urbanístico que propôs em suas intervenções, as quais dialogavam com a construção da Avenida Central, obra de intervenção urbanística federal. Ao mesmo tempo, essa grandeza foi pensada para produzir um efeito de enlevo e arrebatamento, em um discurso em que a força do monumental produzido pela nova escala urbana e pela persuasão estética, com o impacto do belo da nova arquitetura, visava fazer com que o cidadão fosse compreendido em uma retórica da sedução pela arquitetura e pela urbanística. Elas teriam como finalidade cooptá-lo aos pressupostos do projeto civilizador que o prefeito intentava imputar aos seus cidadãos através de um novo discurso emitido pela urbe reformada.

Essa perspectiva de integração urbana de Pereira Passos visou fazer do Centro da cidade do Rio de Janeiro o espaço de pedagogia da civilização para os seus habitantes. Tal perspectiva fora pensada como um meio possível de levar a "civilização" ao subúrbio, pois o carioca, ao frequentar o Centro, seja para o trabalho, seja para o lazer, supostamente levaria de volta ao seu local de moradia a civilidade, a ética urbana e a educação estética que Passos tomava como necessárias para disseminar a civilização por toda a cidade. Assim, o centro urbano reformado

do Rio de Janeiro jogaria um papel de sedução pela arquitetura e pelo redimensionamento urbanístico, responsáveis por um enlevo estético que, esperava-se, agiria sobre os cariocas produzindo aquilo que o arquiteto italiano Giulio Carlo Argan (1994) denominou em sua análise da cidade barroca como uma "retórica da sedução"[7], ou seja, uma estratégia de sedução pela arquitetura que buscava persuadir os habitantes da cidade a compreenderem-se em uma nova proposta que o Estado apresentava. Argan (2004) demarca que o agente da persuasão é o próprio espaço como ambiente, que produziria uma ambiência urbana cuja finalidade seria, nas palavras do próprio arquiteto italiano, "persuadir a estar-em" (ARGAN, 2004, p. 44).

A retórica que sustenta essa persuasão tem como fito conduzir o carioca a viver segundo a proposta sugerida pelo jogo arquitetônico e urbanístico que produz o ambiente. Ou seja, a cidade reformada tencionou persuadir seus cidadãos a viverem segundo os valores que seus reformadores buscavam inscrever na urbe. Para isso, buscaram fazer com que a cidade fosse a sua expressão visível e monumental (ARGAN, 2004.). É por isso que a decisão de Pereira Passos de construir o Teatro Municipal ao lado do prédio da Escola de Belas Artes não foi obra do acaso, mas de uma intencionalidade urbanística[8] que buscou transformar o espaço final da nova Avenida Central em um lugar da poética sedutora de sua proposta de cidade lastreada nos valores da ideia de civilização que acalentava. Do mesmo modo, a construção do novo prédio da Biblioteca Nacional, junto a essas duas edificações nesse espaço da nova avenida, não pode deixar de ser vista como parte de uma retórica que pretendia criar um ambiente urbano que indicasse ao habitante da cidade qual a nova referência através da qual este deveria se orientar.

Da mesma maneira agiu o governo federal na intervenção urbanística da Avenida Central. Embora o fim precípuo da nova avenida fosse o escoamento das mercadorias do porto, o governo de Rodrigues Alves não abriu mão de acrescentar a essa finalidade a retórica da civilização, tão necessária à estratégia do governo federal de redimensionar a imagem da capital ao exterior, com o fim de atrair a mão de obra imigrante europeia, em risco com a péssima reputação que a urbe carioca mantinha no Velho Continente, como cidade pestilenta, "cemitério do homem branco", e mais do que nunca ameaçada com o recente decreto Prinetti, emitido pelo governo italiano um ano antes do início da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro[9]. Não foi sem razão que a gestão Rodrigues Alves se destacou como o governo da Primeira República que mais emitiu cartões-postais com imagens da capital, com destaque especial para a natureza carioca e os novos prédios públicos monumentais[10]. Os esforços das ações do presidente Alves em fazer valer uma imagem civilizada da cidade reformada não pararam por aí. Com esse fito, realizou também um concurso de fachadas para a Avenida Central, que contou com um júri responsável por distribuir prêmios em dinheiro às primeiras colocações. A competição arquitetônica levada a cabo contou com a existência de um edital que regulamentava a altura e a largura mínimas dos prédios da nova avenida – não podiam conter menos de três andares, embora fosse conferida liberdade criativa aos seus competidores. O rigor do concurso foi de tal forma que 57 projetos dos 134 inicialmente apresentados à Comissão Julgadora foram reprovados por não se adequarem aos padrões delineados no edital, ou por deficiências técnicas (SANTOS, 1983, p. 32-33). A exigência mínima de três patamares em uma nova avenida que apresentou vários edifícios com cinco andares e mesmo o estímulo à competição estética

pelas fachadas nela presentes dão nota do intuito do governo federal de produzir um efeito de grandiloquência e superioridade de sua ideia de civilização sobre o transeunte do Centro da capital. Um efeito de superioridade quase esmagadora. Isso se daria tanto pela amplitude, largura e extensão da Avenida Central[11], por seus canteiros centrais com árvores e esguias luminárias, no melhor estilo dos bulevares parisienses, quanto pela monumentalidade e altivez dos seus novos edifícios, que punham o cidadão que ali transitava em uma nova escala e, consequentemente, em uma nova relação com o espaço do Centro carioca reformado. A nova avenida construída buscou fazer pequeno o usuário desse novo espaço diante do efeito que se desejou produzir de uma torrente caudalosa de progresso que formatava a grandeza de uma civilização. Essa pretendida grandeza civilizacional seria traduzida em arquitetura e urbanística, proponentes de novos hábitos urbanos, os quais se esperava obter por efeito de uma persuasão paisagística. O novo efeito da paisagem premeditada da avenida buscava induzir a novos usos do centro urbano do Rio de Janeiro, usos estes que, na perspectiva governamental, seriam decisivos para a "civilização da cidade".

Em outro vetor de ação, o prefeito buscou a força e o poder do Estado para fazer valer os seus pressupostos de civilização, baixando leis, normas e posturas que reprimiriam os movimentos da sociedade carioca contrários aos novos princípios que se buscava efetivar na cidade. Em um outro, buscou seduzir, persuadir, enlevar o habitante da urbe, permeando-lhe de um novo espírito. Para isso, as armas da arquitetura seriam fundamentais. Não foi sem razão que Pereira Passos foi o primeiro prefeito do Rio de Janeiro que criou o cargo de arquiteto municipal, bem como abriu o primeiro escritório de arquitetura da cidade[12]. Participou também como figura destacada do júri selecionador do concurso de fachadas da Avenida Central. Tenha-se em vista que essas iniciativas foram tomadas em uma cidade na qual a Escola de Belas Artes não formara mais que três arquitetos durante toda a última década do século XIX (SANTOS, 1977, p. 84).

Pereira Passos foi um membro da elite carioca perplexo com o rápido crescimento da população da cidade[13] e do potencial de dissensão social que isto implicava. Assim, buscou na alternativa conservadora de elevar espiritualmente o operariado e oferecer-lhe melhores condições de vida a possibilidade de afirmar uma ordem burguesa na cidade e evitar grandes conflitos sociais. O engenheiro pensou um projeto de integração urbana, embora este fosse um projeto de integração conservadora, feita nos moldes de uma sociedade burguesa pautada pelos padrões de civilidade das cidades europeias. A ideia subjacente ao seu projeto de reforma urbana era a de assimilar as camadas populares do Rio de Janeiro a esses pressupostos pelo convite à participação e ao uso do espaço central da urbe, o qual buscou transformar em lugar pedagógico da civilização. Essa civilização de matriz burguesa e europeia, que o prefeito buscou inculcar na alma do carioca através de uma proposta de sedução estética, era proponente de uma nova ética urbana. A ideia do reformador municipal era produzir uma retórica da sedução estética[14], que seria dada pela nova semântica urbanística e arquitetônica gerada com as intervenções urbanas da prefeitura, produtoras de obras como o Teatro Municipal, as novas avenidas, ruas e praças alargadas e reformadas, arborização, novo calçamento, ajardinamento, iluminação, estatuária e atrações diversas. Entre essas atrações estava o aquário público, o maior de água salgada da América do Sul, que se encontrava no Passeio, o mesmo lugar

em que o prefeito reabilitara um conjunto de quatro estátuas femininas em estilo clássico, representando as quatro estações do ano. Vale lembrar que o alcaide acrescenta mais sete amplas praças ajardinadas às quatro que então existiam na cidade[15].

Com o seu conjunto de intervenções, o prefeito tencionava produzir um efeito estético na cidade e no cidadão, produzindo um enlevo derivado das criações urbanas de sua reforma. Esse efeito estético, derivado da poética engendrada por Passos e pelo impacto da Avenida Central articulada às suas reformas, caracterizaria uma retórica de persuasão para aquilo que seria o propósito maior do prefeito: fomentar o que entendia como uma ética civilizada na cidade, através da nova sintaxe urbana do Centro reformado. Passos, que tinha uma visão organicista de cidade, entendia que o Centro do Rio de Janeiro constituía o coração da urbe, ou seja, o espaço pelo qual todo carioca passaria e, assim sendo, poderia retornar seduzido pela nova sintaxe urbana da civilização do Centro reformado e, assim, fazer valer os princípios da civilização em outras plagas da cidade, incluindo os seus subúrbios. No entanto, para tornar possível esse projeto, Passos necessitava não somente realizar as suas diversas obras no Centro, mas também trazer o trabalhador humilde para esse espaço, a fim de que fosse seduzido pela retórica da civilização que idealizou. Para tanto, algumas ações foram necessárias, como a projeção e a execução de quatro vilas operárias no entorno do Centro, com a finalização de uma[16]; a projeção de quatro conjuntos viários ligando o centro urbano da cidade com a Zona Norte, com a execução de três destes. Outra iniciativa a serviço desse projeto foi a construção de atrativos às famílias operárias nesse espaço, como as suas diversas praças reformadas, com coretos de música para a apresentação de bandas nos finais de semana, e a construção de um aquário público no Passeio[17], também reformado e redecorado com estátuas clássicas, para o lazer, pensado como sedução, dos habitantes das mais diversas regiões da urbe.

Com efeito, fora do espaço do Centro, mas ainda na perspectiva desse projeto, o prefeito projetou escolas para a formação profissionalizante dos filhos de operários, como o fez no bairro suburbano do Engenho de Dentro[18]. Empenhou-se na criação de um imposto ao comércio, que denominou "imposto dos pobres", a fim de amparar os habitantes mais pobres da cidade[19]. Acrescentou algumas escolas à exígua rede de ensino básico do Rio de Janeiro nos bairros da atual Zona Norte da urbe, bem como transferiu escolas públicas – a maior parte delas concentradas no Centro – para essas regiões, a fim de educar os filhos dos operários do Rio de Janeiro.

Todavia, a obra que mais destacou essa intenção do prefeito foi a construção de uma vila operária na Avenida Salvador de Sá. A construção dessa vila operária foi designada por um decreto de janeiro de 1904, no qual a prefeitura se incumbia de executar a obra[20].

Na avaliação de Pereira Passos, o problema habitacional do operariado seria o maior problema social não só do Rio de Janeiro, mas de todas as grandes cidades do mundo. Diante de tal desafio, o prefeito acreditava que a construção de vilas operárias seria a única solução eficaz para os problemas sociais da cidade. Segundo Pereira Passos:

> Acredito que por essa forma [a construção de vilas operárias], terá a municipalidade deste Distrito resolvido, pelo menos no que ele tem de mais urgente e essencial, o magno problema social, que ainda hoje tanto agita as cidades mais adiantadas do velho continente.

> E essa solução se me afigura a única verdadeiramente prática, senão a única capaz de resultados satisfatórios, à vista das tentativas já feitas por outras vias, sem êxito de qualquer espécie (MENSAGEM DO PREFEITO..., 1905, p. 21)[21].

A escolha da Avenida Salvador de Sá como lugar para a construção desse conjunto habitacional foi estratégica nos planos do prefeito, pois a avenida era próxima ao centro urbano, local de trabalho da maioria dos operários e lugar concebido como centro exemplar da civilização na cidade. Segundo Pereira Passos: "Assim, na Avenida Salvador de Sá, que tão apropriada me pareceu para a edificação de vilas operárias, devido a sua proximidade dos centros de trabalho, apenas serão construídos alguns grupos de habitações higiênicas, de módico aluguel"[22].

A prefeitura deu início também ao processo de construção de uma segunda vila operária na região sul da cidade, onde havia comprado um terreno junto à Praça da Glória, local também próximo do centro urbano, ao qual se ligava pela recém-inaugurada Avenida Beira Mar[23]. Da mesma forma, iniciou um terceiro empreendimento de habitação operária na Rua São Leopoldo, nas proximidades da Avenida Salvador de Sá[24], além da projeção de uma quarta vila no Beco do Rio.

Pereira Passos, que havia tido contato com as obras dos pensadores sociais franceses quando estudou economia política no Collège de France da Paris de 1880, atribuía ao operariado um papel relevante no processo de desenvolvimento da civilização. Estes, devidamente educados e governados por homens das ciências e das artes, deveriam ter papel destacado nesse processo. Na mensagem à Câmara Municipal de setembro de 1905, Pereira Passos assim classificava os operários em seu papel social:

> Correspondendo ao meu apelo, consubstanciastes no decreto n. 1042, de 18 de julho do ano findo, as providencias que devem ser tomadas sobre o assunto, permitindo-me, por essa forma, tentar a experiência que a situação das classes menos favorecidas da fortuna exige dos detentores da administração pública, convencidos da necessidade de proporcionar a esses modestos, mas valiosos obreiros da civilização, uma parte, ao menos, dos benefícios por ela espalhados (MENSAGEM DO PREFEITO..., 1906, p. 19)[25].

Pereira Passos classifica os operários como "modestos, mas valiosos obreiros da civilização", ou seja, embora não os considerasse como os atores mais relevantes no processo de desenvolvimento da civilização, como seriam os intelectuais, artistas e cientistas, atribuía um lugar a eles nesse processo. Assim, seu conceito de civilização não os excluía. Longe disso, incorporava-os, embora de forma modesta, naquilo que concebia como uma sociedade que teria atingido o nível daquilo que entendia como uma "civilização". Os trabalhadores manuais, uma vez alojados com dignidade e educados para a manutenção da ordem burguesa e a obediência aos preceitos de uma elite ilustrada, ocupariam um lugar como operadores da civilização.

O prefeito do Rio de Janeiro dava nota de seu desejo de integração do operariado à vida urbana da cidade. No entanto, essa integração responderia a hierarquias, pois esse segmento da sociedade deveria aprender a fazer uso da cidade justamente através do usufruto do novo espaço reformado. Pereira Passos nunca desejou excluir os operários do Centro da cidade.

Ao contrário, as suas diversas ações como alcaide dão nota de um desejo de integração deles. Por tomá-los como objeto de uma nova pedagogia urbana, por conceber que careciam ser persuadidos a uma nova civilidade na cidade, através da qual deveriam imbuir-se de novos modos, consideramos que o prefeito propôs uma integração. Não obstante, pela natureza dessa civilização que não deriva da historicidade da vivência cotidiana da cidade, mas sim de valores exógenos a ela, e também pelo seu caráter hierárquico, no qual uma camada social ensina os seus valores – como mais ajustados moralmente – para um outro segmento da sociedade apreendê-los, sem dúvida, o projeto de integração urbana levado a cabo por Pereira Passos foi, notadamente, um projeto de integração conservadora. O que é distinto de um projeto de exclusão deliberada pela repressão pura e simples. Uma fórmula, sabidamente, muito comum às elites carioca e brasileira no âmbito do liberalismo do período da Primeira República, mas que não foi assumida pelo projeto de reforma urbana de Pereira Passos. Dentro dessa perspectiva, Pereira Passos se distinguiu do liberalismo de inspiração social darwiniana, então hegemônico na Primeira República. Pensou um projeto conservador, que buscou integrar a população da cidade às malhas do que considerava "civilização", assim entendida como palavra no singular. Isso porque Passos vislumbrou integrar a população carioca de maneira condicionada, posto que, a despeito de sua historicidade, ou seja, de sua experiência coletiva como sociedade no uso do espaço urbano do Rio de Janeiro, pois a sua ideia de civilização supõe um enquadramento a padrões exógenos à cultura da cidade. Pereira Passos pensou um projeto de integração urbana. Não obstante, um projeto de integração conservadora.

Por conservador aqui entendemos a perspectiva ideológica surgida na Europa nas últimas três décadas do século XIX em reação ao progressismo (BOBBIO, 2010, p. 245) de liberais e socialistas, que entendiam que o progresso apresentava um movimento próprio e inexorável, que se estabeleceria pelo arrasamento do passado. Os conservadores, cedendo às evidências da ciência, sobretudo após a publicação da *Origem das espécies* de Charles Darwin, em 1859, e reagindo à emergência do primeiro desenho de uma sociedade de massas e ao robustecimento do movimento operário e à emergência de partidos operários, passam a aceitar a tese do constante desenvolvimento da humanidade, mas, distintamente dos progressistas, percebem esse movimento mais como evolução, ou progresso evolutivo, do que como a noção de progresso como superação completa do passado, acalentada por liberais e socialistas[26]. A ideia de progresso evolutivo conservadora supõe a acumulação de conhecimentos, experiências e valores egressos do passado – jamais superação dialética de um tempo pretérito – e seria concebida como resultado de um sistema comunitário no qual a sociedade daria ao poder político estatal o direito de conduzir o conjunto de indivíduos pelas vias dessa evolução assimiladora do passado. Ou seja, para os conservadores, o progresso não é percebido como um ente autônomo, com direcionamentos meta-históricos caprichosos, mas como resultado da regência de uma elite ilustrada através de um Estado que, na ciência da necessidade de operar mudanças derivadas das transformações sociais, conduziria esse processo a fim de manter o sentido comunitário ameaçado pelo crescimento vertiginoso das grandes cidades e do estilo de vida individualista e impessoal que dela ameaçavam derivar.

Ao analisarmos os discursos do prefeito, faz-se notar em suas mensagens o intuito de elevar o papel da classe operária na sociedade brasileira. Deve-se assinalar que, para esse fim,

Passos a designa como "obreira da civilização", quando poderia tê-la qualificado como "obreira do progresso", uma vez que o papel desempenhado por essa classe social estava sobremaneira ligado ao desenvolvimento material – operação de máquinas industriais, construção civil etc. No entanto, no intuito de elevação da classe operária, Passos seleciona o substantivo "civilização" para a sua designação, a seu juízo, um termo mais nobre, indicador do valor fundamental que, no seu entender, deveria ser reverenciado. Embora aludindo a uma classe social que lida diretamente com o desenvolvimento material, Pereira Passos sente-se à vontade para associá-la à ideia de civilização, uma vez que essa noção, na concepção do prefeito, englobaria e superaria a ideia de progresso, conferindo sentido ao seu movimento histórico. A escolha desse termo para designar o operariado é mais uma prova de que, para o prefeito, a noção central em seu projeto moral-urbano era a ideia de civilização. Uma postura distinta daquela própria da elite política republicana, que teve como valor máximo a ser acalentado aqueles relativos à referência do progresso.

Com o fito de concluir, podemos afirmar que a estratégia utilizada por Pereira Passos para responder ao desafio do controle social de uma cidade em vertiginoso crescimento foi a de criar um ambiente urbano que seduzisse as camadas populares do Rio de Janeiro a se enquadrarem em uma nova civilidade burguesa de matriz europeia, ao mesmo tempo em que decretava proibições de usos tradicionais do espaço urbano da cidade e tentava – de maneira insuficiente diante das demandas por moradia da metrópole – alojar a massa de trabalhadores da urbe carioca. Sua opção pela reforma do Centro da cidade como elemento pedagógico com vistas a uma nova civilidade, bem como as séries de proibições que decretou, e suas políticas de construção de habitações operárias, todas elas, mostraram-se insuficientes para responder ao desafio de enquadrar a população carioca em novos moldes de utilização do espaço urbano. O descaso histórico do poder público e das elites da maior cidade do Brasil não poderia ser sanado com uma grande reforma urbana.

A reação conservadora ao crescimento exponencial da cidade e à consequente atomização social que dela derivou – bem como o potencial de erupção social nela contido – consistiu em reabilitar o Centro como um lugar de agregação da população urbana do Rio de Janeiro, o que se nota pela amplitude da reforma e pela criação de novas praças na área central, bem como de atrações de lazer gratuito nessa zona da cidade. Ao mesmo tempo, inscrevia nesse espaço da cidade uma nova significação através da arquitetura e de uma nova articulação urbanística. Isso se verificou não só com a nova estrutura viária da reforma urbana de Passos, proponente de uma integração dos subúrbios ao centro urbano, uma vez que Pereira Passos constrói três soluções viárias de ligação do Centro com os subúrbios e deixa projetada uma quarta[27], mas também pela própria escala em que os frontispícios dos novos prédios, selecionados em concurso de fachada, e a amplitude da nova Avenida Central ressaltavam a ideia de civilização como um valor a ser reverenciado pelo carioca. A própria disposição de instituições de cultura agregadas espacialmente na Avenida Central, como o Teatro Municipal, a Escola de Belas Artes e a Biblioteca Nacional, dá nota dessa intencionalidade. A isso se somam a construção de três vilas operárias na área central, bem como o projeto de um quarto conjunto habitacional desse tipo na mesma região. Todos esses elementos dão nota de uma tentativa de integração das camadas populares da cidade ao seu Centro reformado. Não obstante, essa tentativa foi de

matriz notadamente conservadora, pois tomava a noção de civilização como algo singular e unívoco, além de ser algo exógeno à historicidade da cidade, algo atinente a uma outra tradição de usos urbanos, estranha à experiência histórica da cidade do Rio de Janeiro, que fora a maior cidade escravista do Ocidente no século XIX[28] e repleta de imigrantes aldeões rurais e homens livres em situação de grande pobreza, que buscavam a sua faina diária pelo arrojo de seu empreendedorismo individual, diante de uma grande indiferença do poder público quanto a sua atuação no espaço urbano da cidade.

O poder público do Rio de Janeiro, historicamente, não primou por zelar pela validez das regulamentações e posturas urbanas que ele mesmo determinava. Foi justamente aí que a solução da integração conservadora posta em prática na reforma urbana de Pereira Passos malogrou: na sua natureza exógena, estranha à historicidade da cidade, que pouco reconheceu os seus precários instrumentos de apelo sedutor pela estética da urbe reformada. A urbe carioca tinha uma história, uma tradição, que o prefeito Pereira Passos não conseguiu compreender em sua reforma urbana.

Notas

1 O crescimento foi de 43.376 habitantes em 1799 para 811.443 moradores em 1906. Entre 1890 e 1906, a população da urbe carioca vai de 522.651 residentes para os já referidos 811.443 moradores. Os dados de 1799 foram extraídos de Florentino (2002, p.10). Os dados relativos aos períodos apresentados entre 1890 e 1906 foram retirados da tabela da população das cidades segundo os censos demográficos, apresentada pelo IBGE. Ver: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>.

2 Ver: Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 1 de setembro de 1903. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906. p. 7. Civilizar ou>. março de e ade. bstantivo " não o Ocidente do século XIX supõe fazer valer uma civilidade urbana, constitui uma forma de controle social a partir da predicação de condutas individuais e coletivas que são ou não toleradas. Sobre esse assunto, ver Azevedo, 2016.

3 Sem dúvida, a tradição que Pereira Passos reverenciou em sua reforma urbana não foi a tradição da cultura popular e a sua forma de uso do espaço urbano. A tradição que Passos buscou valorizar foi a do poder governamental como ente representante da civilização.

4 Relembrando: foram construídas a Avenida Mem de Sá, a via que ligava a Rua da Carioca com a Visconde de Rio Branco e a artéria urbana que ligava a Rua Visconde de Inhaúma com a Rua Marechal Floriano. Além disso, o prefeito deixou prontos os estudos para a construção de uma via ligando a Avenida Francisco Bicalho à Rua Barão de Mesquita.

5 Cf. Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 2 de abril de 1904. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1904. p. 47.

6 Mensagem do prefeito do Distrito Federal Lida na sessão do Conselho Municipal de 3 de abril de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906. p. 104.

7 Ver: Argan, 1994. Importante esclarecer aqui que tomo como referência o princípio, a intencionalidade traduzida em arquitetura e a articulação urbanística de seduzir o habitante da cidade a comungar de uma proposta moral e política, e não a aplicação do modelo urbanístico da cidade barroca ao Rio de Janeiro do início do século XX.

8 Essa intencionalidade urbanística faz-se notar na conduta de Pereira Passos, que inicia o seu mandato na prefeitura com o intuito de construir o Teatro Municipal na atual Praça Tiradentes, mas, logo ao perceber a configuração do espaço final da nova avenida, modifica essa opção, designando o seu lugar de construção para a localização atual. Quanto a isso, ver as seguintes matérias de jornais de época, ilustrativas dessa afirmação: Theatro Municipal. O Paiz, 12/2/1903 e A Avenida Central. Jornal do Brasil. 13/3/1904.

9 A Lei Prinetti, decretada na Itália apenas um ano antes do início da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, em 1902. Essa lei proibia a imigração subvencionada de cidadãos italianos ao Brasil.

10 Uma referência importante sobre os cartões-postais nesse período é o trabalho de Berger (1986).

11 Para ser exato, são 33 metros de largura, por 1.800 metros de comprimento, e calçadas amplas de 7,5 metros para passeio do transeunte. Cf. Santos, 1983, p. 32.

12 Ver: Prefeitura do Rio de Janeiro. Mensagem do prefeito ao Conselho Municipal, de setembro de 1903. Op. cit. p 31.

13 Na Europa das últimas três décadas do século XIX, foi comum o sentimento de temor por parte de amplos setores da elite europeia em face do crescimento das cidades e do potencial de erupção social que esse acelerado crescimento continha (cf. CHARLE, 2000, p.181-182). Também havia um sentimento de frustração com as expectativas irrealizadas do liberalismo, que se misturava com o temor do vertiginoso crescimento das cidades (cf. HOBSBAWM, 1988, p. 359). Passos considerava, por exemplo, o problema da habitação como o maior desafio urbano da cidade, o que dá nota de sua perplexidade com o crescimento populacional do Rio de Janeiro (cf. Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 5 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906. p. 14).

14 Nossa referência para usar a ideia de uma retórica da sedução através da arquitetura vem do arquiteto e historiador da arte italiano Giulio Argan (2004).

15 Ver: Prefeitura do Rio de Janeiro. Mensagem do prefeito ao Conselho Municipal, de 3 de abril de 1906. Op. cit. p. 103-104.

16 As vilas operárias que Passos teve a iniciativa de construir se localizavam nos seguintes lugares da cidade: uma junto à Praça da Glória, outra na Avenida Salvador de Sá, uma terceira na Rua São Leopoldo e a última no Beco do Rio. Cf. Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícia, 1906. p. 80.

17 Em 1905, 5.516 pessoas foram visitar o aquário do Passeio Público reformado, ajardinado e ostentando as suas quatro estátuas clássicas que representavam as quatro estações do ano. Desses, 1.769 foram crianças levadas pelos seus pais. Ver: Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 3 de abril de 1906. Op. cit. 105.

18 Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 3 de abril de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906. p. 39.

19 Ibidem, p. 39-40.

20 O decreto foi o de nº 979, de 5 de janeiro de 1905. Era comum na época que esse tipo de obra fosse feito pela iniciativa privada, por concessão pública. No entanto, conferindo grande importância à obra, Pereira Passos não abriu mão de assumir a empreitada, alegando que a iniciativa privada só

buscaria o lucro e, por conseguinte, poria em risco a capacidade de o operário arcar com os custos do pagamento de sua moradia, comprometendo, consequentemente, a finalidade maior da obra. Ver: Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 5 de setembro de 1905. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1905. p. 81-82.

21 Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 5 de setembro de 1905. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1905. p. 21.

22 Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 3 de abril de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906. p. 20.

23 Ibidem.

24 As três vilas operárias estão indicadas como em processo de construção na sua última mensagem, ver: Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 5 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906. p. 14.

25 Mensagem do prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 5 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906. p. 19.

26 Ibidem.

27 A base para essa afirmação é a planta da cidade reformada por Pereira Passos, na qual essas estruturas viárias ficam claramente delineadas. Em suas mensagens, o prefeito também relata essas obras e sua intenção de operar uma ligação com o subúrbio do Rio de Janeiro. Ver Barreiros, 1965.

28 Cf. Soares, 2007. p. 27)

Referências

Fontes documentais

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro**. (1565-1965). Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>.

JORNAL DO BRASIL. 13/3/1904.

MENSAGEM DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL. Lida na sessão do Conselho Municipal de 1 de setembro de 1903. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906.

MENSAGEM DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL. Lida na sessão do Conselho Municipal de 2 de abril de 1904. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1904.

MENSAGEM DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL. Lida na sessão do Conselho Municipal de 5 de setembro de 1905. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1905.

MENSAGEM DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL. Lida na sessão do Conselho Municipal de 3 de abril de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906.

MENSAGEM DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL. Lida na sessão do Conselho Municipal de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícia, 1906.

O PAIZ. 12/0/1903.

PASSOS, Francisco Pereira. **Notas de viagem**. Cartas a amigo. Rio de Janeiro: Olímpio de Campos e C., 1913.

Obras citadas

ARGAN, Giulio Carlo. **L´âge baroque**. Genève: Editions D´Art Albert Skira, 1994.

_____. **Imagem e persuasão**. Ensaios sobre o barroco. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

AZEVEDO, André N. de. La genesis y el desarollo de la idea de civilización em Europa. **Revista Estudios Históricos**, Rivera/Uruguai, n. 17, ano VIII, de 2016.

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: 1992.

BERGER, Paulo. **O Rio de ontem no cartão-postal.** 1900-1930. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1986.

BOBBIO, Norberto et al. Conservadorismo. In: **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 2010. 2v.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia Aquino. **Habitações populares**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CHARLE, Christophe. **Los intelectuales en el siglo XIX**. Madrid: Siglo Vientiuno, 2000.

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, jul-dez, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOBO, Eulália M. H. **História do Rio de Janeiro**. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Barra do Piraí: 1977.

_____, Arquitetura e urbanismo na Avenida Central. In: FERREZ, Marc. **O álbum da Avenida Central**. São Paulo: Ed. Ex Libris; João Fortes Engenharia, 1983.

SOARES, Luiz Carlos. **O "povo de Cam" na capital do Brasil**. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj; 7 Letras, 2007.

SANTUCCI, Jane. **Cidade rebelde**. As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

Recebido em 07 de outubro de 2016
Aceito em 28 de março de 2017